

Deputada critica *miopia*

Rita Camata argumenta que o projeto de lei, apesar de parecer anti-pático aos sindicatos, abre espaço para a discussão de uma política salarial adequada às possibilidades de caixa do Governo.

“As pessoas têm uma visão míope do projeto. Ele é muito importante para o país. Não é justo o contribuinte pagar para ter serviços adequados e ver a maior parte do dinheiro dos impostos ser gasto com os salários do funcionalismo”.

Camata explica que há municípios que destinam toda a sua receita

para pagamento de pessoal.

Para a União, estados, municípios e Distrito Federal, no caso de as despesas com pessoal ultrapassarem o limite de 60%, o projeto estabelece um período de três anos para adequação às novas regras.

Serão obrigados a reduzir, a cada ano, um terço desses custos, comprovando os cortes no demonstrativo mensal de despesa e arrecadação.

“Os outros 40% poderão ser investidos em áreas prioritárias como saúde, educação e saneamento”, lembra a deputada do PMDB.